**Índice**

1 [Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. Vs. Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd., Shenzhen Branch of China Pacific Property Insurance Co., Ltd. Caso de Litígio de Responsabilidade de Violação de Direitos -Determina-se que os competidores que não tenham intenção ou negligência grosseira em competições internacionais de regata, não serão responsabilizados por acidentes de colisão, e melhorarão as regras de infração da competição. 4](#_Toc106370632)

2 [Lan \*\* processou a empresa MALICO DEVELOPMENT LIMITED & Caso de Litígios Relacionados à Empresa -Aplicação da lei de Hong Kong para proteger o direito à informação dos diretores de empresas de Hong Kong, para regulamentar a governança corporativa. 8](#_Toc106370633)

3 [GF Xinde Investment Management Co., Ltd. Vs RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED & Caso de Litígios Relacionados à Empresa -Implementação adequada de "Acordos de Apostas" transfronteiriças para proteger os direitos e interesses legítimos tanto dos investidores quanto dos financiadores. 11](#_Toc106370634)

4 [Zhou \*\*yi Vs Luo \*\*sheng & Caso de Litígios Relacionados à Empresa -Precisamente identificar e invocar corretamente normas conflituosas para resolver adequadamente um litígio comercial transfronteiriço 15](#_Toc106370635)

5 [Peng \*\*ming Vs. Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd. Caso de Litígios de Dissolução da Empresa -Prudente determinação do impasse de uma empresa financiada por Hong Kong para proteger os direitos e interesses legítimos dos acionistas 19](#_Toc106370636)

6 [Guan \*\* Vs. Jie \*\* Caso de Litígio Referente a Transmissão de Ações de Propriedade da Empresa Parceira -Proteger os direitos e interesses dos investidores transfronteiriços, determinando contratualmente a titularidade da parte de um funcionário, de um incentivo patrimonial no momento da demissão. 22](#_Toc106370637)

7 [Chen \*\*ci, Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Vs. Chen \*\*gui Caso de Litígio de Responsabilidade de Violação de Direitos -Aplicar a lei de Hong Kong para determinar a validade de uma resolução de uma assembleia de acionistas de uma empresa de Hong Kong. Manutenção da ordem na governação empresarial 25](#_Toc106370638)

8 [Macau Chinese Bank Vs. Zhou \*\*hua, Yin \*\*yan Caso de Litígio de Contrato de Empréstimo Financeiro -Aplicação convencional da lei de Macau para resolver litígios financeiros transfronteiriços, em conformidade com o acordo. 28](#_Toc106370639)

9 [RABBIT J INVESTMENTS LIMITED & Chengxi Plastic Trade Department, Mai \*\* Caso de Litígio Contratual de Compra e Venda -A acusação nos tribunais de Hong Kong constitui uma interrupção do estatuto de limitações em território nacional 30](#_Toc106370640)

10 [Xu \*\*dao Vs. Liang \*\*wei Caso de Litígio de Direito Residencial -Aplicação das novas disposições do Código Civil para proteger o direito residencial das partes 33](#_Toc106370641)

11 [Liang \*\*pei Vs. Taishan Xiecheng Real Estate Development Co., Ltd. Caso de Litígio Contratual de Pré-venda de Habitação Comercial -A empresa cumpriu a sua promessa de "Rescisão Injustificável" e manteve a honestidade e o crédito, de acordo com a lei 35](#_Toc106370642)

12 [Zhou \*\*di & Zhao \*\*ting Caso de Litígio de Confirmação de Invalidade Contratual -Identificar com precisão o impacto das mudanças nas relações conjugais envolvendo Hong Kong nas relações patrimoniais dos cônjuges, e proteger os legítimos direitos e interesses das partes. 38](#_Toc106370643)

13 [Honeywell International Inc. Vs. Lin \*\*peng, Lin \*\*quan, Lin Mochang Litígio de Violação dos Direitos de Marca -Punir a violação dos direitos de marca das empresas multinacionais em conformidade com a lei e manter a ordem da concorrência 41](#_Toc106370644)

14 [Guangzhou Zhengkai Culture Communication Co., Ltd., Li \*\* & STAR OVERSEAS LIMITED -THE- Caso de Litígio de Concorrência Desleal -Confusão do nome de uma obra cinematográfica bem conhecida constitui concorrência desleal 44](#_Toc106370645)

15 [He \*\*hao Vs. Zhejiang Tianyi Shipping Co., Ltd. Caso de Litígio de Responsabilidade por Danos Pessoais Marítimos -Residentes de Hong Kong e Macau sofreram danos pessoais em território nacional, de acordo com a localização do tribunal contra o qual a ação foi intentada Compensação padrão para residentes urbanos 47](#_Toc106370646)

16 [Fan \*\* e Guo \*\*mei Vs. Huang \*\*di Caso de Litígio de Responsabilidade por Danos Pessoais no Mar -Ligação multipartidária para resolver disputas envolvendo Hong Kong e Macau, fazendo uso das realizações da construção de tribunais inteligentes 50](#_Toc106370647)

17 [WS Corporation Vs. Tall&Stout Industrial Corp. Caso de Litígio Contratual -O Tribunal Popular encarregou um mediador de Hong Kong de aplicar as regras de mediação de Hong Kong Resolução de litígios transfronteiriços e exploração da interface das regras de mediação entre os dois locais 53](#_Toc106370648)

18 [Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd. Vs. Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd., Zeng \*\*wen Caso de Litígio Contratual Imobiliário -O Tribunal Popular encarrega os mediadores de Hong Kong de resolver litígios transfronteiriços local e eficientemente, explorando a interface dos mecanismos de mediação entre os dois locais 55](#_Toc106370649)

19 [Xian Chong co., ltd. Caso de Solicitação de Reconhecimento de Sentença do Tribunal de Hong Kong -A exclusividade das disposições jurisdicionais dos tribunais de Hong Kong deve ser reconhecida de acordo com a lei, e as sentenças dos tribunais de Hong Kong endossadas. 58](#_Toc106370650)

20 [DERMAX ENTERPRISES LIMITED Vs. SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. Preservação de Propriedade no Processo de Arbitragem -Cumprimento do acordo de preservação de arbitragem entre o continente e Hong Kong e exploração de um novo mecanismo de assistência judicial 61](#_Toc106370651)

Caso 1

Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. Vs. Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd., Shenzhen Branch of China Pacific Property Insurance Co., Ltd.   
Caso de Litígio de Responsabilidade de Violação de Direitos   
-Determina-se que os competidores que não tenham intenção ou negligência grosseira em competições internacionais de regata,   
não serão responsabilizados por acidentes de colisão, e melhorarão as regras de infração da competição.

Fatos Básicos do Caso

O Comitê Organizador da Copa de Regatas da China emitiu um anúncio de evento para a 10ª Copa de Regatas da China declarando que: a corrida é realizada nas águas de Shenzhen e Hong Kong e implementa o [Regulamento de Regatas da Federação Internacional de Regatas 2013-2016] (RRS). O iate "Tubarão Branco" da Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. e o iate "China Cup 24" da Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd. entraram voluntariamente na Copa de Regatas. O "China Cup 24" está segurada pela Shenzhen Branch of China Pacific Property Insurance Co., Ltd. para o seguro de responsabilidade civil de terceiros. Durante a corrida, os iates acima colidiram e foram danificados em diferentes intensidades. A Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd. confirmou que o "China Cup 24" violou o Artigo 11 das regras de competição, mas alegou que se encontrava em um ambiente de competição acirrado e não tinha qualquer culpa subjetiva pelo acidente. Também alegou que o "Tubarão Branco" havia violado a regra 14 das Regras de Corrida e deveria ser considerado o principal responsável pelo acidente em questão. Considerando que ambas as partes não conseguiram chegar a um acordo sobre a responsabilidade e o valor da indenização pelo acidente, a Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. entrou com uma ação judicial, solicitando que a Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd. fosse condenada a indenizá-la por um total de 514.459 de RMB para custos de reparo das embarcações e para outras perdas, e que a Shenzhen Branch of China Pacific Property Insurance Co., Ltd. fosse responsabilizada pela indenização da Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. dentro do escopo de sua responsabilidade de seguro. A Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd. foi reconvocada para a compensação de 429.352 RMB da Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. pelo custo do reparo da embarcação.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Marítimo de Guangzhou decidiu em primeira instância que o caso pertencia a uma disputa sobre a responsabilidade por danos de colisão de embarcações, e que as duas embarcações eram responsáveis por 90% e 10% do acidente para cada um dos "China Cup 24" e "Tubarão Branco". Ambas as partes foram ordenadas a compensar umas às outras pelo custo do reparo e manutenção da embarcação na proporção da perda da outra parte, e a Shenzhen Branch of China Pacific Property Insurance Co., Ltd. foi considerada responsável pela perda dentro do escopo de sua cobertura de seguro. O Tribunal Popular Superior de Guangdong decidiu em segunda instância que o caso tratava-se uma disputa de responsabilidade civil decorrente de uma colisão em uma regata à vela. Ambas as partes participaram voluntariamente de uma atividade cultural e esportiva com determinados riscos, e as disposições do artigo 1176 do [Código Civil da República Popular da China] em relação ao risco de auto-envolvimento devem ser aplicadas para determinar a responsabilidade de ambas as partes, não sendo apropriado ponderar que a violação constitui um delito. responsabilidade de violação de direitos. Por conseguinte, a sentença original foi anulada e, em vez disso, a presente queixa e os pedidos reconvencionais da Shenzhen Nanshan Security Road Protection Equipment Co.,Ltd. e da Yue Wohing Laser Mould(Shenzhen)Co.,Ltd. foram indeferidos.

Senso Comum

O Tribunal Popular considerou a responsabilidade por danos por colisões à vela ao abrigo das regras de risco do Código Civil, tornando claro que uma mera violação das regras de concorrência não constitui um delito civil se o perpetrador não for intencional ou grosseiramente negligente, proporcionando proteção legal para a navegação internacional.

Caso 2

Lan \*\* processou a empresa MALICO DEVELOPMENT LIMITED & Caso de Litígios Relacionados à Empresa  
-Aplicação da lei de Hong Kong para proteger o direito à informação dos diretores de empresas de Hong Kong,   
para regulamentar a governança corporativa.

Fatos Básicos do Caso

A Marco Development Co., Ltd. é uma empresa constituída em Hong Kong. Cópias dos rendimentos anuais da MALICO DEVELOPMENT LIMITED datados de 31 de Dezembro de 1992 e 7 de Janeiro de 2016 registraram que a empresa emitiu um total de 8 ações ordinárias, detidas pelos acionistas Chen \*\*hui, Lan \*\*, Lan \*\*qiang e Lan \*\*wen, cada um dos quais possuía 2 ações, e que os diretores da empresa eram também os quatro acionistas previamente mencionados. A deliberação dos acionistas da MALICO DEVELOPMENT LIMITED de 12 de Dezembro de 2017 registrou que o certificado de participação emitido pela empresa em 8 de Março de 2007 havia expirado e que a participação da empresa se baseava no registro de acionistas. Lan \*\*wen, Lan \*\*qiang e Lan \*\*fen assinaram a resolução. Lan \*\* intentou uma ação judicial solicitando que a resolução dos acionistas datada de 12 de Dezembro de 2017 de MALICO DEVELOPMENT LIMITED fosse deliberada como inválida, e que a MALICO DEVELOPMENT LIMITED fosse obrigada a fornecer registros contabilísticos, devolver os títulos de propriedade imobiliária dos imóveis da empresa e realizar o pagamento da renda do aluguel de tais imóveis.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Yunfu deliberou, em primeira instância, rejeitar a queixa de Lan \*\*. O Tribunal Popular Superior de Guangdong decidiu em segunda instância que a resolução dos acionistas da MALICO DEVELOPMENT LIMITED de 12 de Dezembro de 2017 foi confirmada pelas assinaturas de três acionistas detentores de um total de 75% das ações da MALICO DEVELOPMENT LIMITED e 75% dos diretores da empresa, que tinham cumprido o requisito de proporção de votos nos termos da lei de Hong Kong de que uma resolução especial da empresa deveria ser aprovada por pelo menos 75% dos votos múltiplos, e não houve violação dos estatutos ou das disposições legais relevantes que devam ser consideradas inválidas. Em conformidade com a lei de Hong Kong, a empresa obriga-se a fornecer gratuitamente os registros contabilísticos ao diretor se este o requerer; como diretor da Marco co., ltd, Lan \*\* possui o direito de inspecionar os registros contabilísticos da MALICO DEVELOPMENT LIMITED Por conseguinte, a MALICO DEVELOPMENT LIMITED foi ordenada a fornecer uma cópia dos registros contabilísticos da empresa à Lan \*\* e as outras reivindicações de Lan \*\* foram indeferidas.

Senso Comum

O Tribunal Popular determinou a validade da resolução dos acionistas em conformidade com a lei do local de registro da empresa, ou seja, a lei de Hong Kong, e manteve o acesso dos diretores aos registros contabilísticos da empresa em conformidade com a lei de Hong Kong para proteger o direito à informação dos diretores das empresas de Hong Kong.

Caso 3

GF Xinde Investment Management Co., Ltd. Vs RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED & Caso de Litígios Relacionados à Empresa  
-Implementação adequada de "Acordos de Apostas" transfronteiriças para proteger os direitos e interesses legítimos tanto dos investidores quanto dos financiadores.

Fatos Básicos do Caso

Em 2010, a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. celebrou um acordo com a RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED, e uma empresa estrangeira, a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED, que previa que a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. contribuiria com 12,5 milhões de RMB para aumentar o capital da empresa-alvo; se o lucro líquido real da empresa-alvo em 2012 fosse inferior ao lucro líquido previsto de 35 milhões de RMB, a RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED pagariam a diferença entre o lucro líquido previsto e o lucro líquido real, em conformidade com as disposições relevantes do acordo; se o lucro líquido real for inferior a 80% do lucro líquido previsto de 35 milhões de RMB, a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. terá o direito de reclamar a reaquisição de ações pelo RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED; sem o consentimento da GF Xinde Investment Management Co., Ltd., a RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED não devem penhorar as suas participações na empresa-alvo a terceiros, caso contrário pagarão a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. 10% do montante investido pela GF Xinde Investment Management Co., Ltd. Após a celebração do contrato, a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. contribuiu com capital para se tornar acionista da empresa-alvo. A empresa-alvo apresentou uma perda líquida de 24,14 milhões de RMB em 2012. A GF Xinde Investment Management Co., Ltd. reclamou em 2014 a reaquisição dos juros do capital próprio pela RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED. Em 2017, a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED comprometeu a sua participação na empresa-alvo a um outro indivíduo. A GF Xinde Investment Management Co., Ltd. intentou uma ação judicial, solicitando que a RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e a PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED fossem condenadas a recomprar os juros patrimoniais, pagar a compensação de desempenho de 2,96 milhões de RMB para esse ano com base no lucro líquido real de -2414 de RMB em 2012, e pagar os danos liquidados de 1,25 milhões de RMB pela penhora não autorizada dos juros patrimoniais na empresa-alvo.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Guangzhou decidiu em primeira instância que a RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED compraram de volta as suas participações a GF Xinde Investment Management Co., Ltd., pagaram a compensação de desempenho de 1,46 milhões de RMB para esse ano de acordo com o lucro líquido real de 0 RMB em 2012, e pagaram uma indenização liquidada de 1,25 milhões de RMB. O Tribunal Popular Superior de Guangdong decidiu, em segunda instância, que a solicitação da GF Xinde Investment Management Co., Ltd. de recompra de capital e pagamento de compensação de desempenho deveria ser apoiado; a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. alegou que o lucro líquido real da empresa-alvo em 2012 foi tomado como um valor negativo para calcular a compensação de desempenho, que era um pedido para que outros acionistas compensassem a empresa-alvo pela parte do prejuízo constituída pelo seu lucro após tal ano; após a GF Xinde Investment Management Co., Ltd. vender a sua participação na empresa alvo, ela deixou de deter o estatuto de acionista da empresa; a subsequente promessa de participação acionária na empresa-alvo por outros acionistas da empresa-alvo e a compensação das perdas dos anos anteriores pelos lucros da empresa não tem efeito prático sobre a GF Xinde Investment Management Co., Ltd., que se retirou da empresa-alvo; uma vez que a solicitação de recompra das participações da GF Xinde Investment Management Co., Ltd. foi apoiada, o seu pedido de quebra de contrato pela constituição não autorizada de penhoras de participações na empresa-alvo por parte da RICH LEADER TECHNOLOGY DEVELOPMENT LIMITED e da PROFITMORE DEVELOPMENT LIMITED. não é bem fundamentado. Portanto, o julgamento foi revertido para indeferir tal parte da reivindicação da GF Xinde Investment Management Co., Ltd.

Senso Comum

Os tribunais populares sustentaram que as partes de um "Acordo de Apostas" que reclamam direitos ao abrigo da cláusula de indenização por perdas e danos liquidados e da cláusula de compensação de desempenho, que garantem o funcionamento normal da empresa-alvo, devem basear-se na premissa de que são investidores com a empresa-alvo. O tribunal apoiou as partes a reivindicar os seus direitos ao abrigo do "Acordo de Apostas" em conformidade com a lei, e protegeu igualmente os legítimos direitos e interesses tanto dos investidores como dos financiadores.

Caso 4

Zhou \*\*yi Vs Luo \*\*sheng & Caso de Litígios Relacionados à Empresa  
-Precisamente identificar e invocar corretamente normas conflituosas para resolver adequadamente um litígio comercial transfronteiriço

Fatos Básicos do Caso

A [Declaração de Retorno Anual] da SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED datado de 15 de Agosto de 2008 mostrou que os acionistas da empresa eram Feng \*\*liang, Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong, e os diretores eram Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong. Em 19 de dezembro de 2008, a SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED realizou uma assembleia de acionistas na qual Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong participaram. Foi deliberado que a participação de 12,87% detida pela SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED na Guangdong Huasheng Electrical Appliances Co., Ltd. seria transferida para a Foshan Shunde CHEERFUL INVESTMENT DEVELOPMENT LIMITED por 2.214.000 USD. Mais tarde, a SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED e a CHEERFUL INVESTMENT DEVELOPMENT LIMITED celebraram o [Acordo de Transferência de Ações]. Zhou \*\*yi e Feng \*\*liang eram casados e tinham três filhos. Feng \*\*liang morreu em 17 de Novembro de 2001 sem fazer testamento e o seu local de residência habitual era o nacional. Zhou \*\*yi, alegando que Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong não tinham notificado Zhou \*\*yi e outros herdeiros para assistir à assembleia de acionistas da SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED e aprovado a resolução da empresa sem autorização, processou para confirmar que a resolução da assembleia de acionistas da SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED de transferir a sua participação na Huasheng Electrical Industrial Co.,Ltd. era inválida, que o [Acordo de Transferência de Ações] celebrado entre a SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED e a CHEERFUL INVESTMENT DEVELOPMENT LIMITED era inválido, e que Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong deveriam compensar Zhou \*\*yi pela perda e os juros correspondentes.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Foshan decidiu em primeira instância que, com referência às disposições da [Lei da República Popular da China sobre a Aplicação das Relações Civis Relacionadas com o Estrangeiro], se Zhou \*\*yi, como cônjuge de Feng \*\*liang, poderia herdar os direitos e interesses dos acionistas de Feng \*\*liang, a lei nacional deveria ser aplicada; que direitos Feng \*\*liang tinha sobre a SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED, e se Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong infringiram os direitos da SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED e, portanto, infringiram os direitos e interesses dos acionistas de Feng \*\*liang, a lei de Hong Kong deveria ser aplicada. De acordo com as disposições da [Lei da República Popular da China sobre Sucessões e da [Lei Matrimonial da República Popular da China], Zhou \*\*yi tinha o direito de reclamar a sucessão legal da participação na SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED de que gozava Feng \*\*liang. De acordo com as disposições do [Decreto Social] de Hong Kong, Luo \*\*sheng e Feng \*\*hong resolveram transferir as participações detidas pela SUNSKY-FULEI (HONG KONG) LIMITED. O procedimento de convocação e o conteúdo da resolução não violaram as leis relevantes de Hong Kong e não prejudicaram os direitos e interesses patrimoniais de Zhou \*\*yi. Simultaneamente, de acordo com o Artigo 7 da [Lei da República Popular da China sobre a Aplicação das Relações Civis Relacionadas com o Estrangeiro], a lei de Hong Kong deve ser aplicada ao pedido de Zhou \*\*yi de indenização por danos. A transferência das ações em questão foi concluída em 2008 e Zhou \*\*yi apresentou o presente processo em 2016, que ultrapassou o prazo de prescrição de seis anos estipulado no [Decreto de Vigência] de Hong Kong. Portanto, o julgamento indeferiu as reivindicações de Zhou \*\*yi e de outros. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

O Tribunal Popular aplicou a lei continental e a lei de Hong Kong separadamente à sucessão legal, à validade da transferência de ações da sociedade e ao estatuto de limitações no mesmo caso, de acordo com o princípio de determinar a aplicação da lei separadamente para diferentes relações jurídicas, resolvendo eficazmente os litígios comerciais transfronteiriços.

Caso 5

Peng \*\*ming Vs. Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd. Caso de Litígios de Dissolução da Empresa  
-Prudente determinação do impasse de uma empresa financiada por Hong Kong para proteger os direitos e interesses legítimos dos acionistas

Fatos Básicos do Caso

O residente de Hong Kong Peng \*\*ming era acionista e diretor da Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd., com uma relação de participação de 33,5%. No decurso do funcionamento da empresa, Peng \*\*ming acreditava que a Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd. tinha sérias dificuldades no funcionamento e gestão da empresa, devido ao antagonismo entre os diretores. Peng \*\*ming entrou então com uma ação judicial solicitando a dissolução da Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular do Distrito de Foshan Gaoming decidiu em primeira instância a favor do pedido de Peng \*\*ming para dissolver a Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd. O Tribunal Popular Intermediário de Foshan decidiu em segunda instância que o impasse da empresa foi julgado pelo fracasso do mecanismo interno de tomada de decisões da empresa, resultando em sérias dificuldades na gestão da empresa, que deveriam ser analisadas a partir do estado de funcionamento da estrutura organizacional da empresa. As provas apresentadas por Peng \*\*ming e outros só demonstraram a presença de um conflito no controle da empresa por parte de cada acionista. Entretanto, o conflito poderia ter sido resolvido através da governança interna da empresa e não foi suficiente para provar que levou a uma séria deterioração no funcionamento da empresa. Como resultado, os interesses dos acionistas sofreram perdas significativas. A Foshan Lvyuan Ecological Technology Co., Ltd. ainda possui objetivamente a oportunidade de convocar uma assembleia de acionistas para resolver os problemas internos da empresa, e a empresa está envolvida na indústria de plantação florestal, o que requer uma operação a longo prazo para gerar benefícios econômicos financeiros, se a empresa for dissolvida durante tal processo, será prejudicial para os direitos e interesses dos acionistas. Por conseguinte, a deliberação foi alterada para indeferir o pedido de Peng \*\*ming de dissolver a empresa.

Senso Comum

O Tribunal Popular considerou, de acordo com a lei, que não houve falhas no mecanismo interno de tomada de decisões da empresa. A empresa não deve ser facilmente dissolvida com base em conflitos internos entre os acionistas, e o funcionamento normal da empresa deve efetivamente ser mantido.

Caso 6

Guan \*\* Vs. Jie \*\* Caso de Litígio Referente a Transmissão de Ações de Propriedade da Empresa Parceira  
-Proteger os direitos e interesses dos investidores transfronteiriços, determinando contratualmente a titularidade da parte de um funcionário,  
de um incentivo patrimonial no momento da demissão.

Fatos Básicos do Caso

Guan \*\*, residente em Hong Kong, era um dos sócios do Centro de Gestão de Investimentos de Guangzhou Aixin (Parceria Limitada), e seis pessoas, incluindo Jie \*\*, eram empregados da Aixin Partnership. A fim de motivar os funcionários, Guan \*\* e Jie \*\* e seis outros funcionários assinaram o [Acordo de Incentivo à Equidade], concordando em conceder ações que vão de 1,18% a 2,36% da Aixin Partnership a Jie \*\* e seis outras pessoas, que se tornaram parceiros da Aixin Partnership. Seis meses após a celebração do acordo, Jie \*\* e outros seis deixaram a empresa, um após o outro. Guan \*\* solicitou aos seis réus que passassem pelos procedimentos de retirada e transferência das suas ações e devolução das suas ações da Aixin Partnership a Guan \*\*, o que foi indeferido por Jie \*\* e os outros seis, e Guan \*\* processou então o tribunal.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Distrital de Guangzhou Nansha decidiu em primeira instância que a transferência da parte da propriedade da Aixin Partnership ocorreu em território nacional, e de acordo com o princípio da ligação mais próxima, a lei nacional foi a lei que regia a resolução do litígio. Guan \*\* e Jie \*\* e seis outras pessoas assinaram o [Acordo de Incentivo à Equidade] legal e válido, a quota de propriedade da parceria foi transferida. De acordo com o [Acordo de Incentivo à Equidade], se Jie \*\* e as outras pessoas deixassem a empresa de forma não qualificado, serão automaticamente desqualificados para não poderem usufruir do incentivo à equidade da parceria, e as suas ações da propriedade da parceria serão retomadas por Guan \*\* incondicionalmente e sem compensação. As seis pessoas, incluindo Jie \*\*, abandonaram a empresa irregularmente, e devem devolver as suas ações de propriedade da sociedade a Guan \*\*. Por conseguinte, foi deliberado que as seis pessoas, incluindo Jie \*\*, deveriam devolver as suas quotas de propriedade da parceria e ajudar Guan \*\* na mudança dos procedimentos de registro. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

O Tribunal Popular, em conformidade com o acordo do [Acordo de Incentivo à Equidade], considerou que a saída anormal dos empregados após receberem as ações era contrária ao objetivo contratual do incentivo à equidade da empresa e constituía uma violação do contrato, e protegeu os direitos e interesses de investimento dos parceiros de Hong Kong, em conformidade com a lei.

Caso 7

Chen \*\*ci, Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Vs. Chen \*\*gui Caso de Litígio de Responsabilidade de Violação de Direitos  
-Aplicar a lei de Hong Kong para determinar a validade de uma resolução de uma assembleia de acionistas de uma empresa de Hong Kong.  
Manutenção da ordem na governação empresarial

Fatos Básicos do Caso

A FULLY HONG KONG LIMITED era o único acionista da Guangdong Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Em uma assembleia de acionistas, a FULLY HONG KONG LIMITED tomou a resolução de retirar Chen \*\*ci como diretor da FULLY HONG KONG LIMITED e presidente da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. e de nomear Chen \*\*gui como diretor da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Com base na resolução acima referida, Chen \*\*gui retirou o selo oficial da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Chen \*\*ci e Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. consideraram que o ato de Chen \*\*gui de retirar e utilizar indevidamente o selo oficial da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. tinha constituído uma infração. Portanto, apresentaram uma ação judicial, solicitando a Chen \*\*gui que pusesse termo à infração do registro industrial e comercial da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. e que devolvesse o selo oficial da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Distrital de Foshan Sanshui decidiu em primeira instância que a FULLY HONG KONG LIMITED era uma empresa constituída em Hong Kong, e que a lei de Hong Kong deveria ser aplicada para rever a validade da resolução da assembleia de acionistas da FULLY HONG KONG LIMITED com referência às disposições do artigo 1, cláusula 14 da [Lei da República Popular da China sobre a Aplicação das Relações Civis Relacionadas com o Estrangeiro]. Conforme o [Decreto Social] de Hong Kong e o parecer jurídico emitido pelos advogados de Hong Kong, a assembleia de acionistas da FULLY HONG KONG LIMITED não foi convocada com quórum válido e a resolução da assembleia de acionistas em questão foi inválida. Portanto, a resolução de nomear Chen \*\*gui como diretor da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. também não possui efeito legal, e Chen \*\*gui não detém o direito de exercer os direitos da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. em nome da FULLY HONG KONG LIMITED. O ato de retirar o selo oficial da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. e recusar-se a devolvê-lo havia infringido os direitos administrativos da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. Por outro lado, como a Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. perdeu o selo oficial, não é necessário devolver o selo. Embora Chen \*\*gui tenha apresentado uma solicitação ao departamento administrativo da indústria e comércio para alterar o representante legal da Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd., a solicitação foi retirada pela Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd., e a ação de Chen \*\*gui não apresentou consequências judiciais correspondentes. Por conseguinte, foi deliberado como indeferido o pedido litigioso de Chen \*\*ci e Qingshang Chemical (Foshan) Co., Ltd. O Tribunal Popular Intermediário de Foshan indeferiu o recurso em segunda instância e preservou a sentença original.

Senso Comum

O Tribunal Popular determinou com precisão a validade da resolução da assembleia de acionistas da empresa de Hong Kong de acordo com a lei do local de registro da empresa, ou seja, a lei de Hong Kong, resolvendo eficazmente os conflitos internos decorrentes do fracasso do mecanismo de autonomia da empresa e mantendo a estabilidade do funcionamento da empresa.

Caso 8

Macau Chinese Bank Vs. Zhou \*\*hua, Yin \*\*yan Caso de Litígio de Contrato de Empréstimo Financeiro  
-Aplicação convencional da lei de Macau para resolver litígios financeiros transfronteiriços, em conformidade com o acordo.

Fatos Básicos do Caso

Em 21 de Janeiro de 2016, Zhou \*\*hua emitiu uma [Escritura de Empréstimo] ao Macau Chinese Bank, concordando que Zhou \*\*hua concederia um empréstimo para investimento ao Banco Chinês e que todos os assuntos não especificados seriam tratados de acordo com as leis em vigor em Macau. Após a celebração da [Escritura de Empréstimo] e dos documentos relevantes, o Banco chinês concedeu um empréstimo de 940.000 de HK$ a Zhou \*\*hua, em conformidade com o acordo. Depois de 24 de Setembro de 2018, a conta de Zhou \*\*hua não possuía fundos suficientes para debitar o empréstimo. O Banco Chinês instituiu a presente ação, solicitando o pagamento do capital e juros remanescentes do empréstimo e os custos de realização do crédito.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular de Zhuhai Hengqin New Area decidiu em primeira instância que, de acordo com a [Escritura de Empréstimo], a disputa sobre os termos do contrato em questão deveria ser regida pela lei de Macau. Um advogado que exerce em Macau, Mai \*\*ye, emitiu uma [Carta de Parecer Jurídico] identificando os conteúdos relevantes do [Código Civil de Macau], do [Código Comercial de Macau], do [Código de Processo Civil de Macau] e do Despacho Administrativo 29/2006 da RAEM. O Tribunal aceitou as conclusões legais da [Carta de Parecer Jurídico] e ordenou a Zhou \*\*hua a reembolsar o montante restante do capital do empréstimo de 731.905,89 de HK$, juntamente com os juros e as taxas legais correspondentes ao banco chinês, em conformidade com o acordo. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

O Tribunal Popular aplicou a lei de Macau ao litígio de contratos comerciais transfronteiriços com base no acordo das partes e determinou a responsabilidade civil da parte faltosa para proteger a ordem das transações financeiras transfronteiriças.

Caso 9

RABBIT J INVESTMENTS LIMITED & Chengxi Plastic Trade Department, Mai \*\* Caso de Litígio Contratual de Compra e Venda   
-A acusação nos tribunais de Hong Kong constitui uma interrupção do estatuto de limitações em território nacional

Fatos Básicos do Caso

O Foshan City Shunde District, Shang Hua Plastic Co.,Ltd (doravante denominado Foshan City Shunde District, Shang Hua Plastic Co.,Ltd) investiu na RABBIT J INVESTMENTS LIMITED (doravante denominada RABBIT J INVESTMENTS LIMITED empresa de Hong Kong) em nome da Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City (doravante denominada Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City), comprou plásticos e depois revendeu os plásticos para a Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City. No momento da transação, o [Recibo] e o conhecimento de embarque foram carimbados com o selo da "Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City", declarando que seriam cobrados juros de 2% ao mês sobre o montante em atraso. Após a entrega da mercadoria realizada pela RABBIT J INVESTMENTS LIMITED, Mai \*\*, o financiador da Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City (uma empresa unipessoal), emitiu cheques para a empresa, mas nenhum dos cheques foi descontado. A RABBIT J INVESTMENTS LIMITED intentou uma ação judicial contra Mai \*\* no tribunal de Hong Kong com o fundamento de não ter recebido o pagamento dos bens. No entanto, uma vez que o tribunal de Hong Kong havia solicitado, sem sucesso, ao tribunal da China Continental para que este apresentasse os documentos judiciais, a RABBIT J INVESTMENTS LIMITED intentou uma ação judicial no tribunal da China Continental, solicitando a Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City que realizasse o pagamento dos bens e os juros de mora incorridos de tal, e solicitando à Mai \*\* que assumisse a responsabilidade conjunta e solidária das ações.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Distrital de Foshan Shunde deliberou em primeira instância que os documentos legais confiados pelo tribunal de Hong Kong para serem notificados pelo tribunal da China Continental não tinham sido efetivamente notificados à Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City e à Mai \*\*, e que o processo não constituía uma causa de ação ao abrigo da lei para a interrupção do estatuto de limitações. ——O Tribunal de Primeira Instância deliberou que o pedido da RABBIT J INVESTMENTS LIMITED foi indeferido na sua totalidade. A RABBIT J INVESTMENTS LIMITED interpôs recurso contra a sentença. O Tribunal Popular Intermediário de Foshan deliberou, em segunda instância, que a RABBIT J INVESTMENTS LIMITED havia apresentado uma ação judicial no tribunal de Hong Kong relativamente às reivindicações envolvidas no presente caso. Embora o serviço de documentos judiciais pelo tribunal de Hong Kong tenha sido "mal sucedido", a RABBIT J INVESTMENTS LIMITED não negligenciou o exercício de seus direitos, e sua apresentação do processo no tribunal de Hong Kong constituiu uma interrupção do estatuto de limitações. Considerando os procedimentos ainda estavam em andamento até 9 de dezembro de 2015, o estatuto de limitações neste caso poderia ser reaberto a partir de 10 de dezembro de 2015. De 1 de Outubro de 2017, data em que os [Princípios Gerais do Direito Civil da República Popular da China] entraram em vigor, o estatuto de limitações para o presente caso ainda não havia excedido o estatuto de limitações de dois anos estipulado nos [Princípios Gerais do Direito Civil da República Popular da China]. De acordo com o Artigo 2 da [Interpretação do Supremo Tribunal Popular (Relativa a Múltiplas Questões de Aplicação dos Princípios Gerais do Direito Civil da República Popular da China) Sobre o Sistema de Estatuto de Limitações]. A prescrição neste caso deve ser calculada pelo menos até ao termo do prazo de 10 de Dezembro de 2018. A RABBIT J INVESTMENTS LIMITED intentou uma ação no tribunal de primeira instância em 18 de Setembro de 2018, a qual não excedeu a prescrição. Por conseguinte, a sentença original foi anulada e a sentença foi atribuída à Chengxi Plastic Trade Department, Xingtan Town, Shunde District, Foshan City e a Mai \*\* para transferir o pagamento dos bens relevantes.

Senso Comum

De acordo com a lei, o Tribunal Popular deliberou, que a apresentação do processo pela parte ao tribunal de Hong Kong constituía uma causa de interrupção do estatuto de limitações, promovendo a interface entre os processos judiciais em território nacional e em Hong Kong e protegendo os direitos e interesses legítimos dos credores de Hong Kong.

Caso 10

Xu \*\*dao Vs. Liang \*\*wei Caso de Litígio de Direito Residencial  
-Aplicação das novas disposições do Código Civil para proteger o direito residencial das partes

Fatos Básicos do Caso

Xu \*\*dao, um residente de Taiwan, e Liang \*\*wei, um residente de Macau, possuem relação de madrasta e filho. O pai de Liang \*\*wei adquiriu uma propriedade comercial na cidade de Zhongshan em 2007. Em 2011, o pai de Liang \*\*wei e Xu \*\*dao registaram o seu casamento em Hong Kong. Em 2014, o pai de Liang \*\*wei faleceu. No mesmo ano, Xu \*\*dao e Liang \*\*wei celebraram um acordo de que Liang \*\*wei não poderia vender a casa em questão sem o consentimento de Xu \*\*dao e que Xu \*\*dao poderia viver na casa até aos 100 anos de idade. Xu \*\*dao tem vivido na casa desde então. Em 2019, a casa teve o seu registro modificado para o nome de Liang \*\*wei, mas Liang \*\*wei não cooperou no registro do direito residencial. Em Fevereiro de 2021, Xu \*\*dao entrou com uma ação judicial alegando que o direito residencial não estava garantido, solicitando uma sentença para confirmar que Xu \*\*dao gozava do direito residencial na casa.

Resultado do Julgamento

O Primeiro Tribunal Popular de Zhongshan deliberou que Xu \*\*dao e Liang \*\*wei tinham uma relação madrasta-filho com pouca ou mínima interação diária. Após o falecimento do pai de Liang \*\*wei, ambas as partes celebraram um acordo sobre o direito de viver na casa, mas tiveram múltiplos litígios durante a implementação propriamente dita. Em conformidade com as disposições do Capítulo 14 do [Código Civil da República Popular da China] sobre o direito residencial, e a fim de satisfazer as necessidades das partes para uma vida e residência estáveis, o tribunal realizou um grande esforço de mediação e as partes acabaram por chegar a um acordo de mediação. Liang \*\*wei concordou em continuar a honrar o direito residencial, e as partes refinaram questões específicas como o tempo e a forma de inspeção da casa por Liang \*\*wei no futuro, e Liang \*\*wei concordou em ajudar Xu \*\*dao a registrar o direito residencial junto da autoridade de registro.

Senso Comum

O Tribunal Popular desempenhou plenamente a função do sistema do direito residencial do [Código Civil da República Popular da China] e facilitou um acordo entre um residente de Macau e os seus familiares sobre o direito residencial em uma casa nacional e o registro do direito residencial, assegurando que as partes envolvidas tivessem "um lugar para viver".

Caso 11

# Liang \*\*pei Vs. Taishan Xiecheng Real Estate Development Co., Ltd. Caso de Litígio Contratual de Pré-venda de Habitação Comercial -A empresa cumpriu a sua promessa de "Rescisão Injustificável" e manteve a honestidade e o crédito, de acordo com a lei

Fatos Básicos do Caso

Liang \*\*pei, residente de Hong Kong, celebrou um [Contrato de Compra e Venda de Imóveis Comerciais (Pré-venda)] com a Taishan Xie Cheng Real Estate Development Co. Foi acordado que Liang \*\*pei compraria uma propriedade comercial da Hip Shing em parcelas. Em 22 de Maio de 2019, ambas as partes assinaram a [Carta de Acordo de Rescisão Injustificável], concordando que se Liang \*\*pei cumprisse as suas obrigações nos termos do contrato previamente assinado sem qualquer quebra de contrato e pagasse 30% ou mais do montante total do imóvel, teria direito a uma Rescisão Injustificável. Após a assinatura do contrato, Liang \*\*pei pagou as três primeiras parcelas em dia. Em 3 de Fevereiro de 2020, Liang \*\*pei solicitou ao vendedor da Taishan Xie Cheng Real Estate Development Co. a rescisão do contrato. O vendedor disse que se rescindisse o contrato, não precisaria pagar a quarta prestação, mas a Taishan Xie Cheng Real Estate Development Co. exigiu-lhe mais tarde que pagasse a quarta prestação antes de poder rescindir o contrato. No dia 5 de Março de 2020, Liang \*\*pei pagou a quarta prestação da parcela do imóvel. A Taishan Xiecheng Real Estate Development Co., Ltd. argumentou que Liang \*\*pei não preenchia as condições para a retirada com base no fato de as três primeiras prestações representarem 29,99% (menos de 30%) do preço de compra e de a quarta prestação ter sido paga com atraso. Liang \*\*pei intentou uma ação judicial, solicitando que o contrato de compra fosse rescindido e o preço de compra lhe fosse devolvido para a Taishan Xiecheng Real Estate Development Co., Ltd.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular da Cidade de Taishan decidiu em primeira instância que Liang \*\*pei não pagou a quarta prestação do preço de compra antes de 4 de Fevereiro de 2020, conforme acordado no contrato, porque o vendedor da Taishan Xiecheng Real Estate Development Co., Ltd. fez a intenção de que "se a casa for retirada, não será necessário continuar pagando", e Liang \*\*pei tinha razões para acreditar que o vendedor tinha o direito de representar a companhia, e o pagamento da casa entregue por Liang \*\*pei nas três primeiras prestações tinha atingido 29,99%, portanto, a conduta de Liang \*\*pei não constituiu uma quebra de contrato. O pedido de Liang \*\*pei para a anulação do contrato de compra e devolução do preço de compra, tal como acordado no [Carta de Acordo de Rescisão Injustificável], foi estabelecido, e a sentença foi, portanto, favorável ao pedido de Liang \*\*pei. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

O Tribunal Popular, de acordo com a situação real da execução do contrato pelas partes e o princípio da boa fé, decidiu que o promotor tinha cumprido a sua promessa de "Rescisão Injustificável" e manteve a ordem das transações imobiliárias na área da baía.

Caso 12

Zhou \*\*di & Zhao \*\*ting Caso de Litígio de Confirmação de Invalidade Contratual  
-Identificar com precisão o impacto das mudanças nas relações conjugais envolvendo Hong Kong nas relações patrimoniais dos cônjuges,   
e proteger os legítimos direitos e interesses das partes.

Fatos Básicos do Caso

Zhao \*\*ting e Lin \*\*liang registaram o seu casamento no dia 24 de Outubro de 1992 em Sihui, província de Guangdong. Em 29 de Fevereiro de 1995, Lin \*\*liang emprestou 270.000 RMB ao Sihui Bureau Of Grain. Em Junho de 1995, o Sihui Bureau Of Grain e Lin \*\*liang celebraram um [Contrato de Empréstimo], concordaram em pagar o capital e os juros do empréstimo de Lin \*\*liang no prazo de cinco anos, caso contrário a casa envolvida no processo contra Lin \*\*liang teria que ser penhorada. Em 1998, a Sihui Bureau Of Grain entregou a casa em questão a Lin \*\*liang para liquidação da sua dívida. No ano de 2000, Lin \*\*liang obteve o estatuto de residente permanente em Hong Kong. Em Agosto de 2000, Lin \*\*liang emitiu uma [Carta de Acordo] para vender a casa em questão a Zhou \*\*di. Em 5 de Setembro de 2002, Zhao \*\*ting e Lin \*\*liang concordaram em divorciar-se no Gabinete de Assuntos Civis da Cidade de Sihui, e as partes não dividiram os bens imobiliários em questão. Em 27 de Março de 2003, Zhao \*\*ting e Lin \*\*liang inscreveram-se para voltar a casar em Hong Kong. Em 2007, Zhao \*\*ting obteve o estatuto de residente permanente em Hong Kong. Em 11 de Janeiro de 2010, a casa em questão foi transferida e registada em nome de Lin \*\*liang e em 2 de Junho foi transferida e registada em nome de Zhou \*\*di. Lin \*\*liang morreu em 22 de Janeiro de 2016. Zhao \*\*ting apresentou o presente processo, alegando que o contrato de venda e compra da casa em questão entre Zhou \*\*di e Lin \*\*liang era nulo e sem efeito.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Zhaoqing deliberou em primeira instância que o contrato de venda e compra da casa em questão entre Zhou \*\*di e Lin \*\*liang era inválido. O Tribunal Popular Superior de Guangdong decidiu, em segunda instância, que o fato de Lin \*\*liang ter obtido a propriedade da casa em questão em espécie ocorreu durante a existência do primeiro casamento entre Lin \*\*liang e Zhao \*\*ting, e que o local de residência comum de ambas as partes nessa altura era em território nacional, sendo tais circunstâncias, a lei nacional deveria aplicar-se à questão de saber se a casa em questão pertencia à propriedade comum do marido e da mulher. De acordo com a lei nacional, a casa é propriedade comum do marido e da mulher. Quando Lin \*\*liang e Zhao \*\*ting se divorciaram sem dividir a propriedade em questão, a casa em questão ainda pertencia à propriedade comum do casal. Lin \*\*liang transferiu a casa para Zhou \*\*di sem o consentimento de Zhao \*\*ting. O conhecimento de Zhou \*\*di sobre a relação de Lin \*\*liang com Zhao \*\*ting e a verdadeira propriedade da casa em questão, sem pagar uma contrapartida razoável, pode ser considerado como tendo conspirado com Lin \*\*liang de má fé, para ajudar Lin \*\*liang a transferir a propriedade comum de má fé. Diante disso, o contrato de venda da propriedade em questão deve ser considerado inválido. O julgamento da segunda instância foi indeferido o recurso e manteve o julgamento original.

Senso Comum

O tribunal popular baseado na lei do local de residência comum de ambas as partes no momento do estabelecimento do casamento para determinar a lei aplicável às relações patrimoniais dos cônjuges, a lei concluiu que os bens não divididos no momento do divórcio ainda pertenciam aos bens comuns dos cônjuges, para salvaguardar os legítimos direitos e interesses patrimoniais das partes.

Caso 13

Honeywell International Inc. Vs. Lin \*\*peng, Lin \*\*quan, Lin Mochang   
Litígio de Violação dos Direitos de Marca  
-Punir a violação dos direitos de marca das empresas multinacionais em conformidade com a lei e manter a ordem da concorrência

Fatos Básicos do Caso

A Honeywell International Inc. é uma empresa constituída ao abrigo das leis dos Estados Unidos e é a proprietária da marca registada "Honeywell". Sem a permissão do proprietário da marca registada "Honeywell", Lin \*\*peng contratou Lin \*\*quan e Lin \*\*chang para produzir scanners de códigos de barras que falsificassem a marca registada acima referida. Posteriormente, Lin \*\*peng e os outros três foram considerados criminalmente responsáveis nos termos da lei. A Honeywell International Inc. intentou uma ação judicial pedindo a Lin \*\*peng e aos outros três que cessassem a infracção e compensassem os danos.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular do Distrito de Jiangmen Xinhui declarou que os atos de Lin \*\*peng e dos outros três infringiram o direito exclusivo da Honeywell International Inc. de utilizar a marca registada. O tribunal levou em conta as receitas de Lin \*\*peng provenientes da venda de produtos em infração na sua loja Taobao, o valor de mercado dos produtos produzidos pelas três marcas em infracção, a popularidade da marca registada Honeywell International Inc. e os custos razoáveis de cessação da infração, e atribuiu a Lin \*\*peng uma indenização de 120.000 de RMB pelas perdas econômicas/financeiras e custos razoáveis da Honeywell International Inc., e, à sua discrição, ordenou que Lin \*\*quan e Lin \*\*chang assumissem a responsabilidade conjunta e solidária no montante de 20.000 de RMB, respectivamente. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

Em conformidade com a lei de proteção dos direitos de propriedade intelectual das empresas multinacionais, o Tribunal Popular ordenou ao infrator que assumisse a responsabilidade pela contrafação da marca registada.

Caso 14

Guangzhou Zhengkai Culture Communication Co., Ltd., Li \*\* & STAR OVERSEAS LIMITED -THE- Caso de Litígio de Concorrência Desleal   
-Confusão do nome de uma obra cinematográfica bem conhecida constitui concorrência desleal

Fatos Básicos do Caso

O filme [Rei da Comédia] foi lançado em Hong Kong em 1999 e recebeu elevadas receitas de bilheteira, obtendo grande visibilidade em Hong Kong, tendo sido continuamente noticiado e promovido pelos meios de comunicação social continentais de 1999 a 2015. Até os dias de hoje, os sites de vídeo ainda fornecem serviços de transmissão online do filme em questão. Um dos realizadores do filme, Li \*\*, e Guangzhou Zhengkai Culture Communication Co., Ltd. lançou um poste na plataforma social Weibo em 2018 referente a série televisiva alegadamente violadora [Rei da Comédia 2018] e audições de casting para o elenco, em preparação para a produção da série, enquanto promovia a "versão em série de #KingofComedy" e a série televisiva "Rei da Comédia 2018" adaptada de [Rei da Comédia] do filme de comédia de 1999 [Rei da Comédia], etc. O proprietário dos direitos de autor do filme [Rei da Comédia], STAR OVERSEAS LIMITED -THE-, entrou com a presente ação judicial, alegando que Li \*\* e a Guangzhou Zhengkai Culture Communication Co., Ltd. se tinham envolvido em concorrência desleal ao falsificarem e confundirem o nome da obra cinematográfica influente, bem como ao constituírem falsa publicidade, solicitando um pedido de desculpas e uma indemnização por danos causados.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Distrital de Guangzhou Tianhe deliberou em primeira instância que a série televisiva [Rei da Comédia 2018] em questão era um produto semelhante ao filme, e que o ato de que se queixava era suscetível de induzir o público ao erro, levando-os a pensar que a série era uma versão televisiva ou uma sequência do filme [Rei da Comédia], que constituía um ato de concorrência desleal ao imitar e confundir o nome de uma obra cinematográfica influente e ao promovê-la falsamente. O tribunal ordenou que Li \*\* e Guangzhou Zhengkai Culture Communication Co., Ltd. publicassem uma declaração para eliminar o impacto negativo e compensar a STAR OVERSEAS LIMITED -THE- pela perda financeira de 1 RMB e taxas razoáveis de 120.000 RMB. O Tribunal de Propriedade Intelectual de Guangzhou confirmou o veredicto na segunda instância.

Senso Comum

O Tribunal Popular deliberou legalmente que o nome de um filme de Hong Kong, que possui um alto perfil em território nacional, é um nome comercial com um certo grau de influência, e de acordo com a lei, manteve a ordem de concorrência no mercado do cinema e da televisão na área da Grande Bacia de Guangdong-Hong Kong-Macau.

Caso 15

He \*\*hao Vs. Zhejiang Tianyi Shipping Co., Ltd. Caso de Litígio de Responsabilidade por Danos Pessoais Marítimos   
-Residentes de Hong Kong e Macau sofreram danos pessoais em território nacional, de acordo com a localização do tribunal contra o qual a ação foi intentada   
Compensação padrão para residentes urbanos

Fatos Básicos do Caso

Em 12 de Março de 2019, o navio de pesca "Zhugui 6234", navegado pelos pais dos residentes de Hong Kong He \*\*hao e He \*\*hui, colidiu com o navio "Tianyi 5", propriedade da Zhejiang Tianyi Shipping Co., Ltd., no segundo canal navegável do Canal Tandem no estuário do Rio Pérola, resultando na perda total do navio e na morte dos pais de He \*\*hao e He \*\*hui. A embarcação "Zhugui 6234" foi totalmente danificada e os pais de He \*\*hao e He \*\*hui foram mortos. O Departamento Marítimo de Guangzhou Shajiao investigou o acidente e considerou a embarcação "Zhugui 6234" como sendo a principal responsável pelo acidente e a embarcação "Tianyi 5" como sendo a segunda responsável. He \*\*hao e He \*\*hui instaram uma ação judicial, alegando que os seus pais eram residentes em Hong Kong e que a compensação por morte deveria ser calculada de acordo com o rendimento disponível padrão per capita dos residentes de Hong Kong.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Marítimo de Guangzhou decidiu que, de acordo com a [Interpretação do Supremo Tribunal Popular sobre Diversas Questões Relativas à Aplicação da Lei ao Julgamento de Casos de Indenização por Danos Pessoais], a indenização por morte é calculada de acordo com o padrão de rendimento disponível per capita dos residentes urbanos ou rendimento líquido per capita das áreas rurais no ano anterior na localização do tribunal em recurso. Para o presente caso, o navio "Zhugui 6234" era um navio de pesca móvel Guangdong-Hong Kong-Macao, e o porto de entrada era Guishan, cidade de Zhuhai, província de Guangdong, e a colisão ocorreu nas águas de Zhuhai. Partindo de tal premissa, a compensação por morte foi calculada de acordo com o padrão de rendimento disponível per capita dos residentes urbanos da cidade de Zhuhai. As partes não interpuseram recurso.

Senso Comum

Os tribunais populares, de acordo com o local de colisão entre os navios de pesca móveis de Hong Kong e Macau, determinam de acordo com a lei o padrão de indenização por danos pessoais sofridos pelos residentes de Hong Kong em território nacional, e protege igualmente os legítimos direitos e interesses dos litigantes dentro e fora do território.

Caso 16

Fan \*\* e Guo \*\*mei Vs. Huang \*\*di Caso de Litígio de Responsabilidade por Danos Pessoais no Mar   
-Ligação multipartidária para resolver disputas envolvendo Hong Kong e Macau, fazendo uso das realizações da construção de tribunais inteligentes

Fatos Básicos do Caso

O navio de pesca "Zhuxiang 1746" foi registrado em Hong Kong, e o seu proprietário era Zhou \*\*gui, um residente de Macau. Em 18 de Abril de 2019, o navio de pesca "Zhuxiang 1746", enquanto operava no lado sul da ilha de Dawanshan em Zhuhai, província de Guangdong, acabou perdendo contato. Uma missão de busca e salvamento posteriormente confirmou que o navio de pesca havia afundado e que oito pessoas a bordo, incluindo Zhou \*\*gui, não sobreviveram. Fan \*\* e Guo \*\*mei, como parentes mais próximos dos pescadores falecidos em território nacional, entraram com uma ação judicial solicitando uma indemnização por danos pessoais aos herdeiros de Zhou Fugui, nomeadamente os residentes de Macau Huang \*\*di, Zhou \*\*sheng, Zhou \*\*ting.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Marítimo de Guangzhou, conjuntamente com a Associação de Pescadores Móveis de Zhuhai-Hong Kong-Macau, organizou a mediação entre as partes antes da apresentação do processo, e solucionou com sucesso a questão do serviço de processo para as partes de Macau, verificando a situação dos herdeiros de Zhou Fugui. Após o estabelecimento do caso, os jurados de Macau que estavam familiarizados com o contexto social e legal local de Macau foram organizados como membros do quadro, e o trabalho de mediação foi prosseguido conjuntamente com a Associação de Pescadores Móveis de Zhuhai-Hong Kong-Macau. No decurso do processo, o testemunho transfronteiriço autorizado das partes de Macau foi concluído com a ajuda da plataforma de testemunhas autorizadas que liga Macau e Zhuhai. Após a mediação, ambas as partes chegaram finalmente a um acordo de mediação, que foi confirmado por uma carta de mediação emitida pelo Tribunal Marítimo de Guangzhou. Huang \*\*di e outros tomaram a iniciativa de cumprir todas as suas obrigações.

Senso Comum

O Tribunal Popular fez uso da plataforma inteligente da rede de tribunais para centralizar a participação de múltiplas partes, incluindo associações industriais e jurados de Macau, para solucionar adequadamente um litígio envolvendo a indemnização por danos pessoais de pescadores de Hong Kong e Macau.

Caso 17

WS Corporation Vs. Tall&Stout Industrial Corp. Caso de Litígio Contratual  
-O Tribunal Popular encarregou um mediador de Hong Kong de aplicar as regras de mediação de Hong Kong  
Resolução de litígios transfronteiriços e exploração da interface das regras de mediação entre os dois locais

Fatos Básicos do Caso

Em novembro de 2014, a empresa de Water Solutions(HK)Limited (WS) instaurou um litígio com a Tall&Stout Industrial Corp., Shenzhen Hongyu Dacheng Investment Co., Ltd. Long \*\*chuan, Wu \*\*wei, etc. A WS Corporation solicitou arbitragem ao Tribunal de Arbitragem Internacional do Centro Internacional de Resolução de Litígios da Associação Americana de Arbitragem. O tribunal arbitral proferiu uma sentença arbitral, determinando que a Tall&Stout Industrial Corp. deveria pagar à WS Corporation o montante de 3,7 milhões de USD decorrente de múltiplas perdas. Em Maio de 2018, o Tribunal Popular Intermediário de Shenzhen emitiu uma deliberação civil que reconhecia e fazia cumprir a deliberação arbitral. De Abril a Julho de 2018, a Tall&Stout Industrial Corp. cooperou com Long \*\*chuan e outros para transferir todos os bens da empresa. A WS Corporation intentou uma ação judicial procurando confirmar a invalidade da transferência de terras, propriedade, equidade e contas a receber entre a Tall&Stout Industrial Corp. e Long \*\*chuan e outros.

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Shenzhen introduziu primeiro o caso no processo de mediação e nomeou um mediador convidado de Hong Kong para conduzir a mediação perante ambas as partes. O mediador adotou os conceitos regidos nas "Regras de Mediação Facilitadora" de Hong Kong no processo de comunicação, concentrando-se em orientar as partes sobre como confirmar os "fatos incontestáveis" e compreender as suas necessidades reais. Paralelamente, o mediador concentrou-se na "gestão emocional" de ambas as partes, através da comunicação online e outros meios de comunicação, a fim de aliviar a insatisfação das partes, e, por fim, encontrar o momento certo para as trazer de volta à ideia de negociação. As partes acabaram por chegar a um acordo e cumpri-lo, e a WS Corporation retirou a sua queixa.

Senso Comum

O Tribunal Popular contratou um mediador convidado de Hong Kong para resolver a disputa transfronteiriça, aplicando as regras de mediação de Hong Kong através da mediação on-line, refletindo a interface das regras judiciais entre Guangdong e Hong Kong.

Caso 18

Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd. Vs. Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd., Zeng \*\*wen Caso de Litígio Contratual Imobiliário   
-O Tribunal Popular encarrega os mediadores de Hong Kong de resolver litígios transfronteiriços local e eficientemente,   
explorando a interface dos mecanismos de mediação entre os dois locais

Fatos Básicos do Caso

20 residentes de Hong Kong, incluindo Zeng \*\*wen, compraram uma propriedade no distrito de Chancheng, cidade de Foshan, província de Guangdong e celebraram um [Acordo de Serviço Imobiliário] com a Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd., sucursal do distrito de Chancheng. A Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd. prestou serviços de gestão de propriedades a Zeng \*\*wen e outros. Posteriormente, Zeng \*\*wen e outros celebraram um acordo de caução com a Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd., concordando que a propriedade acima referida seria alugada e cativa pela Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd. e que a Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd. efetuaria o pagamento das taxas de gestão da propriedade. Posteriormente, como tanto a Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd. como os proprietários não pagaram as taxas de gestão de propriedade, a Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd. intentou uma ação judicial solicitando à Foshan Manston Hotel Management Co., Ltd., Zeng \*\*wen e outros que pagassem as taxas de gestão de propriedade pendentes.

Resultado do Julgamento

Após aceitar o caso, o Tribunal Popular Distrital de Foshan Chancheng concluiu que devido à pandemia, algumas das partes em Hong Kong não puderam ser contatadas, algumas não puderam comparecer na audiência do tribunal e algumas não consideraram que precisavam assumir a responsabilidade de tais ações. O tribunal encarregou um mediador especial convidado de Hong Kong de mediar o caso, a fim de proteger os direitos e interesses legítimos de ambas as partes. Após receber a procuração, o mediador contatou cada um dos 18 proprietários de acordo com os seus números de telefone e endereços em Hong Kong e serviu-os com documentos legais, explicando pacientemente as disposições legais do território nacional sobre gestão de propriedade e os direitos e obrigações entre eles como proprietários e a empresa de gestão hoteleira em relação à gestão de propriedade. Mais tarde, os 18 proprietários pagaram as suas taxas de gestão de propriedade e a Guangzhou City Construction Development Real Estate Co., Ltd. solicitou a desistência da ação judicial.

Senso Comum

O Tribunal Popular encarregou um mediador convidado de Hong Kong de ajudar no serviço e mediação bem sucedida do litígio em Hong Kong, reduzindo o custo da defesa transfronteiriça dos direitos de ambas as partes.

Caso 19

Xian Chong co., ltd. Caso de Solicitação de Reconhecimento de Sentença do Tribunal de Hong Kong  
-A exclusividade das disposições jurisdicionais dos tribunais de Hong Kong deve ser reconhecida de acordo com a lei, e as sentenças dos tribunais de Hong Kong endossadas.

Fatos Básicos do Caso

Em 24 de Abril de 2018, Xian Chong co., ltd. e Xu \*\*yang celebraram o [Acordo de Transferência de Ações], que previa a transferência de ações da empresa-alvo de Xian Chong co., ltd. para Xu \*\*yang. A cláusula de resolução de litígios do acordo acordou que qualquer das partes poderia levar o litígio ao tribunal de Hong Kong. Em 15 de Novembro de 2019, Xian Chong co., ltd. processou Xu \*\*yang no tribunal de Hong Kong por não ter realizado o pagamento do montante total da transferência de ações. Em 9 de Março de 2020, o Tribunal de Hong Kong emitiu uma sentença final no processo número HCA2117/2019, ordenando a Xu \*\*yang que pagasse o montante relevante a Xian Chong co., ltd. Em 28 de Janeiro de 2021, Xian Chong co., ltd. requereu ao Tribunal Popular Intermediário de Guangzhou que subscrevesse a referida sentença.

Resultado do Julgamento

Após exame, o Tribunal Popular Intermediário de Guangzhou decidiu que a cláusula jurisdicional em questão indicava que as partes poderiam processar nos tribunais de Hong Kong ao exercerem seus direitos litigiosos, e não indicava que as partes detinham o direito de escolher um tribunal que não fosse o tribunal de Hong Kong. Portanto, a cláusula de jurisdição for\*\* um "Acordo de Jurisdição Única" dos tribunais de Hong Kong, conforme estipulado no Artigo 3 do [Convênio do Supremo Tribunal Popular sobre o Reconhecimento e Execução Recíproca de Sentenças em Matéria Civil e Comercial] pelos tribunais nacionais e da Região Administrativa Especial de Hong Kong, de acordo com o Acordo das Partes. Xu \*\*yang havia sido convocado legalmente, e o caso não se enquadrava nas circunstâncias previstas no artigo 9º do Convênio, que estipula que o reconhecimento e a execução devem ser excluídos da ordem, e a aplicação da Xian Chong co., ltd. cumpriu as disposições do Convênio.

Senso Comum

O Tribunal Popular determinou a exclusividade da cláusula de jurisdição de acordo com a lei, reconhecendo assim a validade da sentença do tribunal de Hong Kong, promovendo a circulação das sentenças dos tribunais de Hong Kong no continente e realizando uma cooperação judicial mais estreita na área da Grande Baía de Guangdong, Hong Kong e Macau.

Caso 20

DERMAX ENTERPRISES LIMITED Vs. SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. Preservação de Propriedade no Processo de Arbitragem  
-Cumprimento do acordo de preservação de arbitragem entre o continente e Hong Kong e exploração de um novo mecanismo de assistência judicial

Fatos Básicos do Caso

Em 28 de Abril de 2020, a DERMAX ENTERPRISES LIMITED requereu ao Centro Internacional de Arbitragem de Hong Kong a arbitragem, solicitando à SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. o pagamento do equivalente a 78.672.248,2 RMB para a transferência de ações. Como a arbitragem foi adiada devido à pandemia, a fim de evitar que SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. transferisse os seus bens, a DERMAX ENTERPRISES LIMITED solicitou medidas de preservação de propriedade para confiscar as participações detidas por SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. presentes em outras empresas. Em 11 de Maio de 2020, o Centro Internacional de Arbitragem de Hong Kong apresentou ao Tribunal Popular Intermediário de Shenzhen o pedido de preservação e outros materiais da DERMAX ENTERPRISES LIMITED

Resultado do Julgamento

O Tribunal Popular Intermediário de Shenzhen ponderou que as participações detidas por SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD., que a DERMAX ENTERPRISES LIMITED solicitou a apreensão, tinham sido prometidas e que SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. estava envolvida em outros litígios, abrangidos pelo artigo 5 e 3, pertencente ao [Acordo de Assistência Mútua em Preservação entre os Tribunais do Continente e da Região Administrativa Especial de Hong Kong], em matéria de Procedimentos Arbitrais, “quando a situação for tão urgente a ponto de que a não preservação imediata causaria danos irreparáveis aos direitos e interesses legítimos do requerente ou dificultar a execução da deliberação arbitral”. Por conseguinte, foi deliberado que as participações detidas pela SHENZHEN GUANGQI ZHONGHE TECHNOLOGY CO., LTD. presente em outras empresas deveriam ser congeladas até um montante de 78.672.248,20 de RMB. O Tribunal Popular Intermediário de Shenzhen, com o consentimento da DERMAX ENTERPRISES LIMITED, confiou ao Centro Internacional de Arbitragem de Hong Kong a transmissão da deliberação civil à DERMAX ENTERPRISES LIMITED

Senso Comum

Ao conceder às partes o pedido de preservação da propriedade no processo de arbitragem de Hong Kong e ao tentar alargar um novo caminho de assistência judicial, o Tribunal Popular cumpriu o [Acordo de Preservação da Arbitragem], fazendo com que a instituição de arbitragem de Hong Kong transmitisse documentos legais nacionais às partes em Hong Kong com o consentimento das partes.